



Demonstrações financeiras

2024

Rio Verde Energia S.A.
CNPJ: 05.252.008/0001-69



SUMÁRIO

Desempenho econômico-financeiro	3
Principais indicadores	3
Custos e outros resultados operacionais	4
Ebitda e margem Ebitda	5
Resultado financeiro	6
Endividamento	6
Lucro líquido.....	7
Demonstrações financeiras	8
Balanços patrimoniais.....	8
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	13
Notas explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023	14
1. Informações gerais	14
2. Apresentação das demonstrações financeiras.....	15
3. Resumo das políticas contábeis materiais	16
4. Gestão de riscos do negócio	17
5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas	21
6. Clientes	22
7. Tributos a recuperar/recolher	23
8. Imobilizado	24
9. Intangível.....	25
10. Fornecedores	28
11. Encargos setoriais	28
12. Financiamentos.....	29
13. Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	32
14. Uso do bem público (UBP)	32
15. Partes relacionadas	33
16. Provisões para riscos e contingências possíveis	34
17. Patrimônio líquido	37
18. Receita operacional líquida	38

19.	Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede.....	39
20.	Resultado financeiro	40
21.	Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos.....	41
22.	Lucro por ação	43
23.	Instrumentos financeiros.....	43
24.	Seguros.....	45
	Membros da Governança	46
	Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras.....	47

Desempenho econômico-financeiro

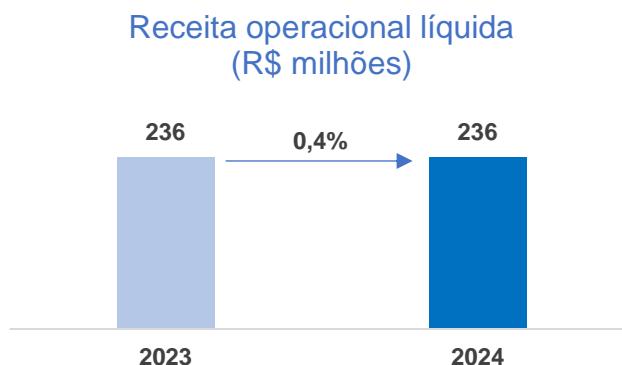
Nessa sessão do documento, são apresentados os principais eventos do exercício base desta demonstração financeira, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Principais indicadores

	2024	2023	Variação
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	263.106	262.065	0,4%
(-) Deduções à receita operacional	(26.668)	(26.562)	0,4%
Receita operacional líquida	236.438	235.503	0,4%
(-) Custos e outros resultados operacionais	(67.184)	(59.895)	12,2%
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	169.254	175.608	-3,6%
Ebitda	190.310	196.442	-3,1%
Margem Ebitda - %	80,5%	83,4%	-2,9 p.p.
Resultado financeiro	4.313	16.864	-74,4%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	173.567	192.472	-9,8%
Lucro líquido do exercício	121.301	135.880	-10,7%
Margem líquida - %	51,3%	57,7%	-6,4 p.p.
Quantidade de ações	70.586	70.586	0,0%
Lucro líquido básico e diluído por ação	1,71849	1,92503	-10,7%

Ebitda - Earnings before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization

A receita operacional líquida do ano de 2024 foi de R\$ 236,4 milhões, que representa um crescimento de R\$ 0,9 milhão ou 0,4% em relação ao ano anterior. Acerca dessa variação vale destacar a atualização pela inflação do contrato bilateral mantido pela Companhia.



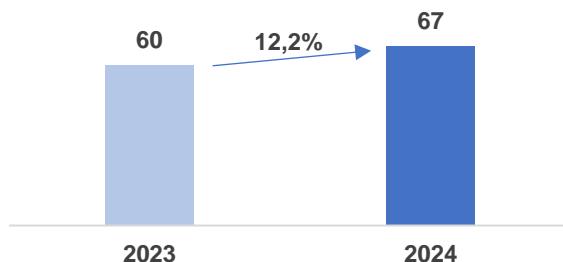
Custos e outros resultados operacionais

	2024	2023	Variação
Pessoal	(5.260)	(4.814)	9,3%
Material	(576)	(416)	38,5%
Serviços de terceiros	(4.342)	(5.548)	-21,7%
Energia comprada	(12.116)	(5.567)	117,6%
Depreciação e amortização	(21.056)	(20.834)	1,1%
Encargos de uso da rede elétrica	(14.725)	(14.017)	5,1%
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(2.866)	(2.915)	-1,7%
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(478)	(440)	8,6%
Seguros	(413)	(417)	-1,0%
Aluguéis	(19)	(12)	58,3%
(Constituições) / reversões de provisões para riscos	(215)	24	-995,8%
Compartilhamento de despesas	(3.085)	(3.160)	-2,4%
Outros	(2.033)	(1.779)	14,3%
	(67.184)	(59.895)	12,2%

As despesas operacionais totalizaram R\$ 67,2 milhões no ano de 2024, o que representa um aumento de R\$ 7,3 milhões, ou 12,2%, em relação a 2023. Entre os principais fatores que justificam esse resultado, vale destacar:

- Crescimento de R\$ 6,5 milhões na rubrica de energia comprada, principalmente em virtude de piora no cenário hídrico na comparação entre os exercícios;
- Aumento de R\$ 0,7 milhão nos encargos regulatórios pelo uso da rede Elétrica, principalmente em decorrência do reajuste das Tarifas dos Encargos de Transmissão (TUST).

Custos e outros resultados operacionais (R\$ milhões)



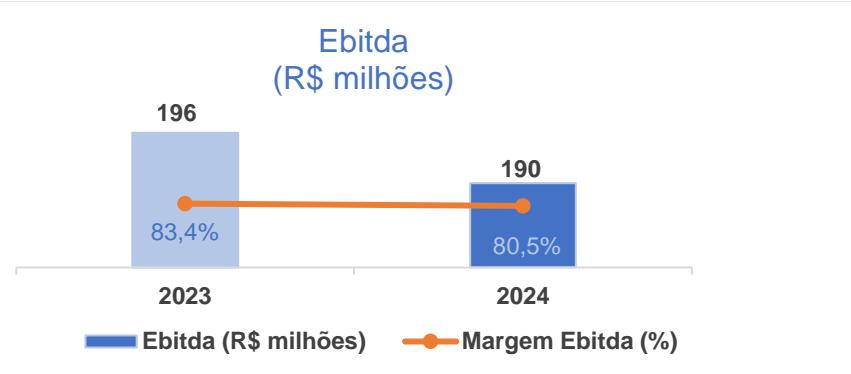
Ebitda e margem Ebitda

	2024	2023	Variação
Lucro líquido do exercício	121.301	135.880	-10,7%
Imposto de renda e contribuição social	52.266	56.592	-7,6%
Resultado financeiro (líquido)	(4.313)	(16.864)	-74,4%
Depreciação e amortização	21.056	20.834	1,1%
Ebitda	190.310	196.442	-3,1%
<i>Margem Ebitda</i>	<i>80,5%</i>	<i>83,4%</i>	<i>-2,9 p.p.</i>

O Ebitda é uma medição não contábil que toma como base as disposições da Instrução CVM nº 156/2022. É calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

O Ebitda da Rio Verde medido em 2024 totalizou R\$ 190,3 milhões, representando uma redução de R\$ 6,1 milhões ou -3,1% quando comparado ao desempenho do ano de 2023. Essa variação deve-se principalmente ao aumento na compra de energia em virtude da piora nas condições de hidrologia.

A margem Ebitda se manteve no bom patamar de 80,5%, pouco abaixo resultado observado no ano anterior.



Resultado financeiro

	2024	2023	Variação
Receitas			
Rendimento de aplicações financeiras	13.687	26.680	-48,7%
Variações monetárias	575	3.437	-83,3%
Outros	(616)	(1.254)	-50,9%
	13.646	28.863	-52,7%
Despesas			
Juros	(4.049)	(5.788)	-30,0%
Variações monetárias	(4.850)	(2.796)	73,5%
Outros	(434)	(3.415)	-87,3%
	(9.333)	(11.999)	-22,2%
Resultado financeiro líquido	4.313	16.864	-74,4%

O resultado financeiro líquido apresentado em 2024 foi positivo em R\$ 4,3 milhões, representando uma piora de R\$ 12,6 milhões ou -74,4%, em relação ao ano de 2023. Essa variação deu-se, principalmente, pela redução de R\$ 13 milhões nas receitas de aplicações financeiras, em virtude do menor saldo médio de caixa na comparação entre os dois períodos, além da redução do Certificado de Depósito Bancário (CDI).

Endividamento

	2024	2023	Variação
Financiamentos	40.793	63.569	-35,8%
Curto prazo	22.297	23.253	-4,1%
Longo prazo	18.496	40.316	-54,1%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(67.075)	(92.338)	-27,4%
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(10.715)	(9.833)	9,0%
Dívida líquida	(36.997)	(38.602)	-4,2%

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras vinculadas.

Ao final de 2024, a dívida líquida apresentou uma variação de -4,2% ou R\$ 1,6 milhão na comparação com a posição final de 2023. Acerca dessa variação, vale destacar a redução no saldo final de caixa em virtude dos pagamentos de dividendos efetuados ao acionista, bem como a redução no saldo do financiamento mantido pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) em função das amortizações das parcelas durante o ano.

Dívidas	Remuneração	Vencimento	2024	2023	Variação
BNDES	TJLP + 1,81% ao ano	15/09/2026	37.731	58.934	-36,0%
BNDES	TJLP + 2,16% ao ano	15/09/2026	3.062	4.635	-33,9%
			40.793	63.569	-35,8%

Lucro líquido

Apesar de todos os desafios de 2024, com destaque para a deterioração do cenário hidrológico, a Rio Verde apresentou um bom resultado no ano de 2024. A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 121,3 milhões, que representa uma redução de R\$ 14,6 milhões ou -10,7%, quando comparado ao desempenho obtido no ano de 2023.



Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	67.075	92.338
Clientes	6	22.190	22.326
Tributos a recuperar	7	-	1
Partes relacionadas	15.3	-	15
Outros créditos		2.706	1.563
Total do ativo circulante		91.971	116.243
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras vinculadas	5.2	10.715	9.833
		10.715	9.833
Imobilizado	8	351.601	369.750
Intangível	9	51.494	54.185
Total do ativo não circulante		413.810	433.768
Total do ativo		505.781	550.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	10	2.934	2.679
Salários, provisões e contribuições sociais		692	643
Tributos a recolher	7	43.281	28.008
Encargos setoriais	11	861	689
Indenização socioambiental		1.021	978
Financiamentos	12	22.297	23.253
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	13	104.450	29.369
Uso do bem público (UBP)	14	2.435	2.387
Partes relacionadas	15.3	268	651
Outras obrigações		6	6
Total do passivo circulante		178.245	88.663
Não circulante			
Tributos diferidos	21.2	42.724	44.443
Encargos setoriais	11	2.476	1.613
Financiamentos	12	18.496	40.316
Uso do bem público (UBP)	14	22.196	21.036
Provisões para riscos	16	445	161
Total do passivo não circulante		86.337	107.569
Total do passivo		264.582	196.232
Patrimônio líquido			
Capital social		130.000	130.000
Reserva legal		26.000	26.000
Reserva de lucros		36.195	146.477
Ajuste de avaliação patrimonial		49.004	51.302
Total do patrimônio líquido		241.199	353.779
Total do passivo e patrimônio líquido		505.781	550.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2024	2023
Receita operacional líquida	18	236.438	235.503
Custos operacionais			
Pessoal		(5.260)	(4.814)
Material		(576)	(416)
Serviços de terceiros		(4.118)	(5.162)
Energia comprada	19.2	(12.116)	(5.567)
Depreciação e amortização	8.2 e 9.2	(21.049)	(20.826)
Encargos de uso da rede elétrica	19.3	(14.725)	(14.017)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(2.866)	(2.915)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(478)	(440)
Seguros		(411)	(411)
Aluguéis		(19)	(12)
(Constituições) / reversões de provisões para riscos	16.2	(214)	24
Outros		(175)	(197)
		(62.007)	(54.753)
Resultado bruto		174.431	180.750
Outros resultados operacionais			
Serviços de terceiros		(224)	(386)
Depreciação e amortização	8.2 e 9.2	(7)	(8)
Seguros		(2)	(6)
Provisões para riscos	16.2	(1)	-
Compartilhamento de despesas	15.3	(3.085)	(3.160)
Outros		(1.858)	(1.582)
		(5.177)	(5.142)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		169.254	175.608
Resultado financeiro	20		
Receitas		13.646	28.863
Despesas		(9.333)	(11.999)
		4.313	16.864
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	21	173.567	192.472
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(53.985)	(42.766)
Diferido		1.719	(13.826)
		(52.266)	(56.592)
Lucro líquido do exercício		121.301	135.880
Lucro líquido básico e diluído por ação	22	1.71849	1.92503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	121.301	135.880
Outros resultados abrangentes do exercício		
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	121.301	135.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
		Legal	Lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.000	26.000	146.477	-	51.302	353.779
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	121.301	-	121.301
	-	-	-	121.301	-	121.301
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	3.482	(3.482)	-
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(1.184)	1.184	-
	-	-	-	2.298	(2.298)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas						
Reserva de retenção de lucros	-	-	16.599	(16.599)	-	-
Dividendos intermediários	-	-	(126.881)	-	-	(126.881)
Dividendos propostos	-	-	-	(90.000)	-	(90.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(17.000)	-	(17.000)
	-	-	(110.282)	(123.599)	-	(233.881)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	130.000	26.000	36.195	-	49.004	241.199
	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
		Legal	Lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	130.000	22.597	236.320	-	53.601	442.518
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	135.880	-	135.880
	-	-	-	135.880	-	135.880
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	3.483	(3.483)	-
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(1.184)	1.184	-
	-	-	-	2.299	(2.299)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas						
Constituição de reserva legal	-	3.403	-	(3.403)	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	101.657	(101.657)	-	-
Dividendos intermediários	-	-	(191.500)	-	-	(191.500)
Dividendos propostos	-	-	-	(8.119)	-	(8.119)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(25.000)	-	(25.000)
	-	3.403	(89.843)	(138.179)	-	(224.619)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.000	26.000	146.477	-	51.302	353.779

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		173.567	192.472
Ajustes em:			
Depreciação e amortização	8.2 e 9.2	21.056	20.834
Juros, variação monetária e amortização de custos sobre financiamentos	12.4	4.755	6.837
AVP e variação monetária sobre UBP	14.3	3.677	1.577
Variação monetária sobre depósitos judiciais	16.2	(214)	(238)
Constituição e variação monetária sobre provisão para riscos	16.2	497	231
Outras variações		243	126
Variação nos ativos e passivos			
Clientes		138	1.092
Partes relacionadas		(368)	(396)
Serviços em curso		-	(6)
Fornecedores		255	(213)
Salários, provisões e contribuições sociais		49	53
Encargos setoriais		833	670
Uso do bem público (UBP)	14.3	(2.469)	(2.537)
Provisão para riscos	16.2	1	-
Impostos, taxas e contribuições		(6.445)	(9.229)
Outras variações ativas e passivas		(2.180)	(559)
Caixa gerado pelas operações		193.395	210.714
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(34.661)	(34.885)
Pagamento de juros sobre financiamentos	12.4	(4.135)	(5.863)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		154.599	169.966
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no ativo imobilizado e intangível	8.2 e 9.2	(216)	(872)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(216)	(872)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de financiamentos	12.4	(23.396)	(23.220)
Pagamento de dividendos	13.2	(135.000)	(201.714)
Pagamento de juros sobre capital próprio	13.2	(21.250)	(24.650)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(179.646)	(249.584)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(25.263)	(80.490)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		92.338	172.828
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		67.075	92.338

AVP – Ajuste a Valor Presente

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Rio Verde Energia S.A. (ou “Rio Verde” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na condição de produtora independente de energia elétrica.

A Companhia tem por objeto social a implantação, a produção, a comercialização de energia elétrica e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto (“UHE Salto” ou “Usina”), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um capital circulante líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 86.274, em virtude basicamente da constituição de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A Diretoria analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora CTG Brasil.

1.2. Contratos de Concessão

Em 11 de dezembro de 2002, a Companhia e a Aneel assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 90/2002, que regula as concessões de UBP para geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica Salto, outorgada pelo Decreto s/nº de 8 de novembro de 2002.

O contrato concede à Companhia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente. O prazo da concessão e do contrato é de 35 anos a partir da data de assinatura dele, podendo ser prorrogado.

A Companhia iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 (Despacho Aneel nº 1.446/2010) e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010 (Despacho Aneel nº 2.554/2010), com capacidade total instalada de 116 MW que foi regularizada através do Quarto Termo Aditivo, firmado em 24 de novembro de 2009, ao Contrato de Concessão.

A tabela a seguir demonstra o contrato de concessão da companhia:

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	Unidade Federativa (UF)	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão
Nº 90/2002	Salto	UHE	GO	Verde	116,0 116,0	63,2 63,2	11/12/2002	06/04/2046

GO – Goiás / MW - Megawatt

1.3. Evento climático extremo no Rio Grande do Sul

Fortes chuvas castigaram severamente o Rio Grande do Sul no fim de abril de 2024 causando grandes impactos para a região e estragos relevantes ainda não calculados pelo Estado.

As inundações afetaram a grande maioria dos municípios gaúchos, com milhões de pessoas impactadas pelo evento climático extremo.

Apesar do alcance do relacionamento comercial estabelecido e mediante a análise realizada pela Companhia, não foram identificadas desvalorizações de ativos e ou a necessidade de registro de provisões, visto que não há impactos financeiros e econômicos diretos e indiretos nas demonstrações financeiras em razão do ocorrido.

1.4. Evento tributário

1.4.1. Reforma tributária

Em 17 de dezembro de 2024, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24 foi aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado para sanção presidencial. O texto traz mais detalhes sobre o disposto na Emenda Constitucional (EC) 132/2023, aprovada no ano anterior.

A partir de 2027, os tributos PIS e COFINS serão totalmente substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e o ICMS e o ISS serão gradualmente substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com término da transição previsto para 2032. A nova sistemática abolirá completamente a tributação cumulativa, e as regras de incidência serão equivalentes para ambos os tributos, com tributação no destino e cálculo "por fora".

Outro ponto importante para o segmento foi a adoção do diferimento dos novos tributos quando a energia for destinada a consumidores finais. Dessa forma, os tributos serão destacados pela Companhia apenas nas vendas destinadas ao consumo próprio, como em indústrias, shoppings, entre outros.

A Companhia entende que os impactos não serão relevantes, uma vez que os contratos de livre negociação possuem cláusulas contratuais que possibilitam eventuais reajustes nos preços. Nos demais casos, os impactos estarão sujeitos ao artigo 21 da EC 132/23 e ao artigo 373 do PLP 68/2024.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras para publicação e encaminhamento aos acionistas foi autorizada em 27 de fevereiro de 2025.

2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras individuais, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, que melhor representa suas operações e respectivo fluxo de caixa.

2.4. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Assim, conforme CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- i. Provisões para riscos (nota explicativa nº 16); e
- ii. Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 21.2).

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de PDI e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (nota explicativa nº 11.2.2).

3.2. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de PPR ao longo do exercício.

3.3. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos novos e alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2024 não geraram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante (CPC 26 (R1) / IAS 1);
- Esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e realocação (CPC 06 (R2) / IFRS 16)
- Novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (CPC 03 (R2) / IAS 7)

O pronunciamento alterado que entrou em vigência a partir de 01 de janeiro de 2025 não há expectativa que gere impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis (CPC 02 (R2) / IAS 21);

Os pronunciamentos novos que entrarão em vigência a partir de 01 de janeiro de 2027 há expectativa que gerem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras (IFRS 18);
- Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (IFRS19)

4. Gestão de riscos do negócio

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Controladora, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração da CTG Brasil que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Tais impactos incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o chamado *Generation Scaling Factor-GSF* (GSF), fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição dessas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia e hedge energético, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

4.1.1.2. Risco de concentração de clientes

A Companhia considerando os riscos de mercado, desenvolveu metodologia e implementou política de proteção a seu portfólio de clientes, que foi desenvolvida desde sua primeira versão.

Atualmente são estabelecidos limites que consideram a participação dos clientes e seus respectivos setores de atuação, dentre outras premissas como robustez financeira e patrimonial.

A Companhia adota como uma das principais premissas de controle sua garantia física que será contratada.

No ano de 2024, em razão de um contrato firmado enquanto as condições de negociação eram mais favoráveis que as atuais, houve a concentração superior a 10% da receita operacional da Companhia, com contraparte de grande porte e excelente histórico de relacionamento.

4.1.1.3. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de financiamentos e caixa e equivalentes de caixa.

Para o financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), o risco está ligado à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), este risco é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que estão indexados à variação dos índices Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M).

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, patrimônio líquido, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.

4.1.3. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1 sobre o CCL negativo e sobre a normalização desse indicador, a Companhia monitora constantemente seus fluxos de caixa projetados e conclui que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, a Companhia poderá estruturar novos financiamentos e, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora CTG Brasil.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (financiamentos) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Instituição financeira	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Total
BNDES	2.162	4.298	18.720	17.738	42.918

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui financiamentos com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros, que foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, (vide nota explicativa nº 12).

4.3. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como às diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 16.

4.5. Análise da sensibilidade

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, financiamentos e UBP ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2024 e as premissas disponibilizadas por consultoria especializada.

Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para o cenário estimado para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Indexador	Indexador	Indexador do cenário provável	Saldo contábil em 2024	Cenário atual	Cenário provável	Ganho / (perda)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	DI	12,15%	14,46%	67.032	8.144	9.693	1.549
Aplicações financeiras vinculadas	DI	12,15%	14,46%	10.715	1.302	1.549	247
				77.747	9.446	11.242	1.796
Passivos financeiros							
BNDES	TJLP + 1,81% ao ano	7,43%	7,94%	(37.731)	(3.537)	(3.735)	(198)
BNDES	TJLP + 2,16% ao ano	7,43%	7,94%	(3.062)	(299)	(315)	(16)
Uso do bem público (UBP)	IGPM	6,69%	4,22%	(24.631)	(1.649)	(1.039)	610
				(65.424)	(5.485)	(5.089)	396
Total da exposição líquida				12.323	3.961	6.153	2.192

4.6. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, devoluções de capital aos acionistas, ou ainda, emitindo novas ações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo financiamentos de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	2024	2023
Financiamentos	12	40.793	63.569
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5.1	(67.075)	(92.338)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	5.2	(10.715)	(9.833)
Dívida líquida		(36.997)	(38.602)
Patrimônio líquido	17	241.199	353.779
Total do capital		204.202	315.177
Índice de alavancagem financeira - (%)*		-18,1	-12,2

* Dívida líquida / Total do capital

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

5.1.1. Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem à certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 20).

5.1.2. Composição

	2024	2023
Caixas e bancos	43	45
Aplicações financeiras	67.032	92.293
Certificado de depósito bancário (CDB)	67.032	92.293
	67.075	92.338

5.2. Aplicações financeiras vinculadas

5.2.1. Política contábil

As aplicações financeiras vinculadas possuem prazos determinados e são remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI), sendo compostas por aplicações vinculadas ao empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

5.2.2. Movimentação

	BNDES
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.833
Rendimentos	1.037
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	(155)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.715

5.3. Qualidade de créditos do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

A Companhia por meio de sua política de Finanças Corporativas, apenas investe seus recursos em instituições financeiras que possuem rating mínimo “A” ou equivalente, atribuído por umas

das três principais agências de rating (*Standard & Poor's*, *Moody's* ou *Fitch*), de longo prazo e em moeda local.

Demonstramos a seguir, a qualidade dos créditos do caixa, equivalentes de caixa e das aplicações financeiras vinculadas mantidas pelo Companhia.

5.3.1. Composição

Standard & Poor's	Moody's	Fitch	2024	2023
AAA	AAA	AAA	4.592	241
AAA	-	-	-	66.932
AAA	AAA	-	72.038	33.887
-	AAA	AAA	1.160	1.111
			77.790	102.171

(*) Não auditados pelos auditores independentes

6. Clientes

6.1. Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidos pelo preço da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

A Companhia não mantém contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

6.2. Composição

Os valores referentes às contas a receber de clientes da Companhia são suportados por contratos relativos ao suprimento de energia elétrica no âmbito do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e CCEE.

	À vencer	2024	2023
	Até 90 dias		
Contratos ACL	22.190	22.190	22.184
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	-	-	142
	22.190	22.190	22.326

MRE – Mecanismo de Realocação de Energia / MCP – Mercado de Curto Prazo

6.3. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A administração da Companhia não registra PECLD, para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pela Companhia referente aos contratos bilaterais, leilão e cotas são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 2024, não foi necessária a constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

6.4. Qualidade de créditos dos clientes

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do rating interno.

Baseado na política de crédito, todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: fiança bancária, fiança corporativa e seguro garantia).

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfolio, realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira. Além disso, a área de risco/portfolio controla o consumo e a atualização do limite de crédito concedido pela área de crédito através do indicador de risco *Value at Risk* (VaR).

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes MRE e MCP, onde a Administração não tem autonomia para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos. Tendo em vista, que os agentes envolvidos estão expostos a diversas sanções onde, em última instância, podem até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.

7. Tributos a recuperar/recolher

7.1. Política contábil

Os impostos correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

7.2. Composição

	2024	2023
Ativo		
ISS a recuperar	-	1
	-	1
Passivo		
IRPJ e CSLL a recolher	42.514	26.026
PIS e COFINS a recolher	694	1.921
ICMS a recolher	24	17
Outros	49	44
	43.281	28.008

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica / CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido / PIS – Programa de Integração Social / COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social / ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços / ISS – Imposto Sobre Serviços

8. Imobilizado

8.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. Todos os bens, ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis tiveram o valor justo como custo atribuído na data de transição em 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos ou ao prazo de concessão, dos dois o menor, como segue:

	Terrenos	Reservatório, barragens e adutora	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios
Em serviço						
Vida útil-econômica remanescente em anos	21	21	16	17	1	9

A Companhia considera que não haverá indenização pelo poder concedente ao final do prazo de concessão do valor residual dos bens.

Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em “Outros resultados operacionais”.

8.2. Composição e movimentação

	Terrenos	Reservatório, barragens e adutora	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Total
Taxa média anual de depreciação	2,5%	2,6%	3,1%	3,1%	6,1%	5,5%	
(A) Imobilizado em curso							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	66	4.407	-	23	4.496
Adições	-	-	-	199	-	17	216
Transferências	-	-	-	(686)	-	(31)	(717)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	66	3.920	-	9	3.995
(B) Imobilizado em serviço							
Custo	52.081	341.877	34.004	227.701	1.031	302	656.996
Depreciação acumulada	(23.533)	(146.766)	(15.896)	(104.495)	(907)	(145)	(291.742)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.548	195.111	18.108	123.206	124	157	365.254
Transferências	-	-	-	689	-	28	717
Depreciação	(1.279)	(8.973)	(1.059)	(6.973)	(63)	(18)	(18.365)
Custo	52.081	341.877	34.004	228.389	1.031	329	657.711
Depreciação acumulada	(24.812)	(155.739)	(16.955)	(111.467)	(970)	(162)	(310.105)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	27.269	186.138	17.049	116.922	61	167	347.606
(A+B) Imobilizado líquido	27.269	186.138	17.115	120.842	61	176	351.601
	Terrenos	Reservatório, barragens e adutora	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Total
Taxa média anual de depreciação	2,5%	2,5%	3,1%	3,1%	10,3%	5,3%	
(A) Imobilizado em curso							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	66	23.188	-	18	23.272
Adições	-	-	-	847	-	5	852
Transferências	-	-	-	(19.628)	-	-	(19.628)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	66	4.407	-	23	4.496
(B) Imobilizado em serviço							
Custo	52.081	323.473	34.004	226.462	1.031	311	637.362
Depreciação acumulada	(22.254)	(138.058)	(14.837)	(97.506)	(801)	(136)	(273.592)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	29.827	185.415	19.167	128.956	230	175	363.770
Baixas	-	-	-	(4)	-	(2)	(6)
Transferências	-	18.405	-	1.246	-	-	19.651
Depreciação	(1.279)	(8.709)	(1.059)	(6.992)	(106)	(16)	(18.161)
Custo	52.081	341.877	34.004	227.701	1.031	302	656.996
Depreciação acumulada	(23.533)	(146.766)	(15.896)	(104.495)	(907)	(145)	(291.742)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.548	195.111	18.108	123.206	124	157	365.254
(A+B) Imobilizado líquido	28.548	195.111	18.174	127.613	124	180	369.750

8.3. Custo atribuído

A Companhia aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com o CPC 27 / IAS 16 - Ativo imobilizado. A despesa incremental de depreciação, calculada sobre os ajustes ao custo atribuído nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi de R\$ 3.482 e R\$ 3.483.

9. Intangível

9.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo intangível da Companhia são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas amortizações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

A amortização dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos ou ao prazo de concessão, dos dois o menor, como segue:

	Uso do bem público (UBP)	Software	Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)
Em serviço			
Vida útil-econômica remanescente em anos	22	2	21

9.2. Composição e movimentação

	Uso do bem público (UBP)	Software	Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	Total
Taxa média anual de amortização	0,7%	18,0%	4,1%	
(A) Intangível em curso				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	52	-	52
Transferências	-	(44)	-	(44)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	8	-	8
(B) Intangível em serviço				
Custo	47.622	1.773	49.570	98.965
Amortização acumulada	(37.995)	(788)	(6.049)	(44.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.627	985	43.521	54.133
Transferências	-	44	-	44
Amortização	(349)	(326)	(2.016)	(2.691)
Custo	47.622	1.816	49.570	99.008
Amortização acumulada	(38.344)	(1.113)	(8.065)	(47.522)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.278	703	41.505	51.486
(A+B) Intangível líquido	9.278	711	41.505	51.494

	Uso do bem público (UBP)	Software	Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	Total
Taxa média anual de amortização	0,7%	17,4%	4,1%	
(A) Intangível em curso				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	55	-	55
Adições	-	20	-	20
Transferências	-	(23)	-	(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	52	-	52
(B) Intangível em serviço				
Custo	47.622	1.772	49.570	98.964
Amortização acumulada	(37.646)	(479)	(4.033)	(42.158)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.976	1.293	45.537	56.806
Amortização	(349)	(308)	(2.016)	(2.673)
Custo	47.622	1.773	49.570	98.965
Amortização acumulada	(37.995)	(788)	(6.049)	(44.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.627	985	43.521	54.133
(A+B) Intangível líquido	9.627	1.037	43.521	54.185

9.3. Itens que compõem o intangível

9.3.1. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

9.3.2. Uso do bem público (UBP)

Referem-se aos valores estabelecidos no Contrato de Concessão nº 90/2002 como contraprestação ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico calculado até o final do contrato de concessão.

9.3.3. Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)

Refere-se ao registro da extensão da concessão, parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE entre 2012 e 2020, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação por riscos não hidrológicos causados por:

- i. empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física,
- ii. às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e
- iii. por geração fora da ordem de mérito e importação.

Referida compensação mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

10. Fornecedores

10.1. Política contábil

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

10.2. Composição

	2024	2023
Suprimento de energia elétrica	450	464
Materiais e serviços contratados	1.150	884
Encargos de uso da rede elétrica	1.334	1.331
Tust	1.334	1.331
	2.934	2.679

Tust – Taxa de Uso do Sistema de Transmissão

11. Encargos setoriais

11.1. Política contábil

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro.

11.2. Composição

	2024			2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	555	-	555	386	-	386
PDI	266	2.476	2.742	266	1.613	1.879
TFSEE	40	-	40	37	-	37
	861	2.476	3.337	689	1.613	2.302

11.2.1. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de

áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

11.2.2. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em atendimento ao Ofício Circular SFF/ Aneel nº 2.409/2007, a Companhia tem apresentado os gastos com PDI na Companhia das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados a empresa de energia elétrica deve encaminhar ao final dos projetos um Relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de PDI para avaliação final e parecer da Aneel.

11.2.3. Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

12. Financiamentos

12.1. Política contábil

Os financiamentos, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Em 10 de setembro de 2008, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, o qual efetuou a liberação de R\$ 289.700 destinados a implantação da UHE Salto, bem como o sistema de Transmissão associado a usina, dividido assim em dois Sub-créditos nos respectivos valores: R\$ 277.937 e de R\$ 11.763.

Em 27 de outubro de 2009, foi aprovado pelo BNDES o crédito suplementar ao financiamento, no valor de R\$ 23.184.

Para estes contratos a Companhia possui cláusulas restritivas (“Covenants”) normalmente aplicáveis a estes tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

12.2. Composição

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento final	2024					
			Circulante			Não circulante		
			Principal	Juros, custo de transação e variação monetária	Total	Principal	Variação monetária e custo de transação	Total
BNDES	TJLP + 1,81% ao ano	15/09/2026	18.582	899	19.481	17.365	885	18.250
BNDES	TJLP + 2,16% ao ano	15/09/2026	2.450	366	2.816	161	85	246
			21.032	1.265	22.297	17.526	970	18.496

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento final	2023					
			Circulante			Não circulante		
			Principal	Juros, custo de transação e variação monetária	Total	Principal	Variação monetária e custo de transação	Total
BNDES	TJLP + 1,81% ao ano	15/09/2026	17.979	885	18.864	38.380	1.690	40.070
BNDES	TJLP + 2,16% ao ano	15/09/2026	4.045	344	4.389	161	85	246
			22.024	1.229	23.253	38.541	1.775	40.316

12.3. Vencimento

2026	
Financiamento BNDES TJLP + 1,81	18.250
Financiamento BNDES TJLP + 2,16	246
	18.496

12.4. Movimentação

	TJLP + 1,81% ao ano	TJLP + 2,16% ao ano	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	58.934	4.635	63.569
Movimentação			
Amortização de custos de transação	281	-	281
Apropriação de juros	3.762	287	4.049
Apropriação de variação monetária	397	28	425
Pagamento de juros	(3.842)	(293)	(4.135)
Pagamento de principal	(21.801)	(1.595)	(23.396)
	(21.203)	(1.573)	(22.776)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	37.731	3.062	40.793

12.5. Características do contrato de financiamento

Sub-créditos	Juros	Amortização	Destinação do sub-créditos
Sub-créditos "A": 277.937	TJLP + 1,81% a. a.	192 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação no dia 15 (quinze) de outubro de 2010 e a última no dia 15 (quinze) de setembro de 2026	Destinado a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, à execução de obras civis e aos demais itens necessários a implantação da UHE Salto;
Sub-créditos "B": 11.763			Destinando ao sistema de transmissão;
Suplemento 23.184	TJLP + 2,16% a. a.	192 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação no dia 15 (quinze) de outubro de 2010 e a última no dia 15 (quinze) de setembro de 2026	
Total	312.884		

12.6. Garantias contratuais

As garantias do contrato são:

- i. Penhor dos direitos emergentes da Concessão;
- ii. Penhor dos direitos creditórios sobre o PPA firmado com a Votener;
- iii. Penhor da totalidade das ações de emissão, tendo seus acionistas como intervenientes no contrato;

12.7. Cláusulas restritivas ("Covenants")

As cláusulas restritivas aplicadas são:

- i. Sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuir dividendos e pagamento de JSCP superiores ao mínimo legal obrigatório;
- ii. Firmar contratos de serviços técnicos e administrativos com entes do mesmo grupo econômico, sem prévia e expressa autorização do BNDES;
- iii. Manter índice de cobertura da dívida de no mínimo 1,20.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia atendeu aos índices financeiros e, portanto, cumpriu com os referidos *covenants*, conforme abaixo:

	Acumulado dos últimos 12 meses	2024	2023
A) Geração de caixa da atividade			
(+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior		92.338	172.828
(+) Ebitda		190.310	196.442
(-) Impostos sobre o lucro		(52.266)	(56.592)
	230.382	312.678	
B) Serviço da dívida			
(+) Amortização do principal		23.396	23.220
(+) Pagamento de juros		4.135	5.863
	27.531	29.083	
C) Índice de cobertura do serviço da dívida = (A)/(B) igual ou superior a 1,20		8,37	10,75

13. Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar

13.1. Política contábil

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras. À medida em que a deliberação dos juros sobre capital próprio acontece, 15% são retidos para recolhimento do IR incidente, que é registrado em conta apropriada.

13.2. Composição e movimentação

	Saldo em 2023	Dividendos propostos/adicionais e JSCP constituídos	Pagamentos	Saldo em 2024
(A) Dividendos				
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	8.119	216.881	(135.000)	90.000
(B) Juros sobre capital próprio (*)				
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	21.250	14.450	(21.250)	14.450
(A+B) Total de Dividendos e JSCP a pagar	29.369	231.331	(156.250)	104.450

(*) Os juros sobre capital próprio estão sendo apresentados líquidos dos impostos retidos.

14. Uso do bem público (UBP)

14.1. Política contábil

Pela exploração da geração de energia elétrica outorgada através do contrato de concessão nº 90/2002 como contraprestação ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, a Companhia paga, valores anuais, contados a partir da assinatura do contrato, em parcelas mensais referentes à UBP. Tais desembolsos, a valores históricos, foram reconhecidos no grupo de intangíveis, e são amortizados ao longo do exercício de concessão.

A taxa de desconto no cálculo do valor presente é de 9,63% não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

14.2. Composição

	2024			2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Valor nominal	2.560	53.888	56.448	2.507	52.875	55.382
(-) Ajuste a valor presente	(125)	(31.692)	(31.817)	(120)	(31.839)	(31.959)
	2.435	22.196	24.631	2.387	21.036	23.423

14.3. Movimentação

	Principal	Ajuste a valor presente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	55.382	(31.959)	23.423
Ajuste a valor presente	-	142	142
Pagamento	(2.469)	-	(2.469)
Atualização monetária	3.535	-	3.535
Saldo em 31 de dezembro de 2024	56.448	(31.817)	24.631

15. Partes relacionadas

15.1. Política contábil

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A, que detém 100% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa. Para todas as transações as premissas contratuais são as mesmas praticadas no mercado.

15.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é administrada por sua Controladora, a China Three Gorges Brasil Energia S.A., responsável pelas despesas e pagamento do pessoal-chave da Administração.

15.3. Transações locais

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas junto à China Three Gorges Brasil Energia S.A (“CTG BR”), e suas subsidiárias Rio Paranapanema Energia S.A., Rio Paraná Energia S.A. e Rio Canoas Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel n.º 2.018, de 10 de julho de 2017. O referido contrato foi renovado por mais 05 anos em 2024 conforme Despacho Aneel 3.710, de 5 de dezembro de 2024.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de recursos técnicos, entre as empresas Rio Paraná Energia S.A, Rio Canoas Energia S.A e Rio Paranapanema Energia S.A, contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel n.º 3.620, de 11 de novembro de 2021.

A Companhia possui saldos de compra e venda de energia entre as coligadas.

15.3.1. Composição

	2024		2023	
	Passivo		Ativo	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	-	-	262
Rio Canoas Energia S.A.	-	-	1	54
CTG Brasil Negócios de Energia Ltda.	268	-	-	226
Rio Paraná Energia S.A.	-	-	10	73
Rio Paranapanema Energia S.A.	-	-	4	36
	268		15	651

15.3.2. Resultado

	2024			2023		
	Compra de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total	Compra de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	(1.935)	(1.935)	-	(1.978)	(1.978)
Rio Canoas Energia S.A.	-	-	-	(534)	-	(534)
CTG Brasil Negócios de Energia Ltda.	(1.572)	-	(1.572)	(1.478)	-	(1.478)
Rio Paraná Energia S.A.	-	(759)	(759)	-	(728)	(728)
Rio Paranapanema Energia S.A.	-	(391)	(391)	-	(455)	(455)
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	-	-	-	-	1	1
	(1.572)	(3.085)	(4.657)	(2.012)	(3.160)	(5.172)

16. Provisões para riscos e contingências possíveis

16.1. Política contábil

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

- i. haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
- ii. é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
- iii. o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considera sua divulgação justificada.

Desde o início de 2019 está em vigor o IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que dispõe os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações

classificadas como prováveis, relacionadas às ações cíveis, quando é exigido depósito judicial para alguma ação, essa provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito.

16.2. Provisões para riscos

16.2.1. Composição e movimentação

Cíveis	
(A) Provisão para riscos	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.060
Provisões	215
Variações monetárias	282
Acordos / pagamentos	(110)
	387
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.447
(B) Depósitos judiciais	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.899)
Variações monetárias	(214)
Baixas	111
	(103)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(2.002)
(A+B) Provisões líquidas	
Não circulante	161
Saldo em 31 de dezembro de 2023	161
Não circulante	445
Saldo em 31 de dezembro de 2024	445

Cíveis	
(A) Provisão para riscos	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.839
(Reversões)	(24)
Variações monetárias	255
Acordos / pagamentos	(10)
	221
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.060
(B) Depósitos judiciais	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.671)
Variações monetárias	(238)
Baixas	10
	(228)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.899)
(A+B) Provisões líquidas	
Não circulante	168
Saldo em 31 de dezembro de 2022	168
Não circulante	161
Saldo em 31 de dezembro de 2023	161

A respeito das discussões judiciais em andamento, vale destacar:

16.2.2. Cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, as contingências cíveis líquidas somam R\$ 445, e referem-se à desapropriação e indenizações referentes às áreas para construção do reservatório.

Em relação ao Procedimento Administrativo de Responsabilização (PAR), houve decisão proferida com redução da multa para o mínimo legal, correspondente a R\$ 225, com a consequente reavaliação de classificação de risco de perda possível para provável. O processo está pendente de decisão final, o processo corre em Sigilo.

16.3. Contingências possíveis

16.3.1. Composição

	2024	2023
Fiscais	8.223	7.694
Cíveis	-	10.796
	8.223	18.490

16.3.2. Cíveis

Em 2024 com a decisão relacionada ao Procedimento Administrativo de Responsabilização (PAR), com redução da multa para o mínimo legal e reavaliação de classificação de risco de perda possível no valor de R\$ 10.796 em 31 de dezembro de 2023 para perda provável no valor de R\$ 225.

16.3.3. Fiscais

Em 31 de dezembro de 2024, as contingências fiscais com expectativa de perda possível estão avaliadas em R\$ 8.223. As principais contingências fiscais com expectativa de perda possível são decorrentes de processos administrativos originados de pedidos de restituição e compensação de saldo negativo de tributos (PIS/COFINS, IRPJ e CSLL), de tributos pagos a maior e autos de infração que descutem recolhimento de IRPJ e CSLL. Em todos os casos a Companhia apresentou manifestações de inconformidade e/ou recurso voluntário os quais aguardam julgamento.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social subscrito e integralizado

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Essas ações dão direito a voto e participação nos resultados da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 130.000, equivalentes a 70.586.021 (setenta milhões, quinhentos e oitenta e seis mil e vinte e uma) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

Acionistas	2024 e 2023	
	Ações ordinárias	%
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	70.586.021	100,00

17.2. Reservas de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do exercício.

17.3. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia alcançou o limite de constituição da reserva legal, não havendo novas constituições desde então.

Destinação dos lucros acumulados no exercício

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	121.301	135.880
Constituição da reserva legal	-	(3.403)
Base de cálculo dos dividendos	121.301	132.477
Distribuições		
Dividendos propostos	90.000	8.119
Juros sobre capital próprio	17.000	25.000
	107.000	33.119
Distribuições mínimas obrigatória (25%)	30.325	33.119

Deliberação	Provento	R\$ mil	R\$
AGE de 09/12/2024	Juros sobre capital próprio	17.000	0,24084
AGE de 20/09/2024	Dividendos	126.881	1,79754
AGE de 08/12/2023	Juros sobre capital próprio	25.000	0,35418
AGE de 03/10/2023	Dividendos	191.500	2,71300
AGE de 28/04/2023	Dividendos	10.214	0,14471

17.4. Ajustes de avaliação patrimonial

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de determinados itens do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPCs, sendo a contrapartida registrada no patrimônio líquido na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial.

18. Receita operacional líquida

18.1. Política contábil

18.1.1. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
- iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia

suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

18.1.2. Receita de geração no Ambiente de Contratação Livre (ACL)

Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo acordo com a estratégia interna da Companhia.

É reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

	2024	2023
Receita operacional bruta		
Contratos ACL	262.265	260.692
Mercado de curto prazo (MCP)	439	271
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	402	1.102
Total receita operacional bruta	263.106	262.065
 Deduções à receita operacional		
PIS e COFINS	(24.337)	(24.241)
PDI	(2.331)	(2.321)
	(26.668)	(26.562)
 Receita operacional líquida	236.438	235.503

19. Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede

19.1. Energia elétrica vendida

	2024		2023	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	535.856	262.265	535.151	260.692
Mercado de curto prazo (MCP)	3.556	439	3.124	271
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	13.298	402	38.726	1.102
	552.710	263.106	577.001	262.065

(*) Não auditado pelos auditores independentes

19.2. Energia elétrica comprada

	2024		2023	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	20.021	1.572	23.844	2.012
Mercado de curto prazo (MCP)	66.733	10.515	39.986	2.927
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	-	1.260	54.088	1.266
(-) Crédito de PIS	-	(220)	-	(114)
(-) Crédito de COFINS	-	(1.011)	-	(524)
	86.754	12.116	117.918	5.567

(*) Não auditado pelos auditores independentes

19.3. Encargos de uso da rede elétrica

19.3.1. Política contábil

Os encargos devidos pela Companhia estabelecido pela Aneel são: TUST e Encargos de Conexão.

A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em:

- i. valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo TUST, e
- ii. valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo TUST.

O encargo de conexão da Rio Verde é pago mensalmente à CTE (Coqueiros Transmissora de Energia S.A.) para remunerar custos de O&M da entrada de linha em 230 kV na qual se conecta a usina.

	2024	2023
Tust	16.109	15.323
Encargos de conexão	105	101
(-) Crédito de PIS	(266)	(251)
(-) Crédito de COFINS	(1.223)	(1.156)
	14.725	14.017

20. Resultado financeiro

20.1. Política contábil

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimento de aplicações financeiras, variações monetárias, juros entre outras.

	2024	2023
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	13.687	26.680
Variações monetárias	575	3.437
Depósitos judiciais	214	238
Uso do bem público (UBP)	359	3.137
Tributos a recuperar	-	39
Inadimplência CCEE	2	23
(-) PIS e COFINS	(648)	(1.255)
Outras receitas financeiras	32	1
	13.646	28.863
Despesas		
Juros	(4.049)	(5.788)
Financiamentos	(4.049)	(5.788)
Variações monetárias	(4.850)	(2.796)
Uso do bem público (UBP)	(3.894)	(1.589)
Provisões para riscos	(282)	(255)
Financiamentos	(425)	(770)
Outras	(249)	(182)
Ajuste a valor presente do UBP	(142)	(3.125)
Outras despesas financeiras	(292)	(290)
	(9.333)	(11.999)
Resultado financeiro líquido	4.313	16.864

21. Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos

21.1. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

21.1.1. Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2024			2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL		173.567			192.472	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(43.392)	(15.621)	(59.013)	(48.118)	(17.322)	(65.440)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre capital próprio (JSCP)	4.250	1.530	5.780	6.250	2.250	8.500
Doações Incentivadas	1.530	-	1.530	1.164	-	1.164
Incentivos fiscais	-	-	-	3	-	3
Outras (adições) permanentes, líquidas	(407)	(156)	(563)	(595)	(224)	(819)
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(38.019)	(14.247)	(52.266)	(41.296)	(15.296)	(56.592)
IRPJ e CSLL correntes	39.283	14.702	53.985	31.130	11.636	42.766
IRPJ e CSLL diferidos	(1.264)	(455)	(1.719)	10.166	3.660	13.826
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	38.019	14.247	52.266	41.296	15.296	56.592
Alíquota efetiva	21,9%	8,2%	30,1%	21,5%	7,9%	29,4%

21.2. Tributos diferidos

21.2.1. Política contábil

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26 / IAS 1 — Apresentação das demonstrações financeiras.

	2024			2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Provisões para riscos	867	312	1.179	759	273	1.032
Participações nos Lucros e Resultado (PLR)	53	19	72	50	18	68
Outras provisões	79	28	107	43	16	59
Total bruto	999	359	1.358	852	307	1.159
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Ajuste de avaliação patrimonial	(18.562)	(6.682)	(25.244)	(19.433)	(6.996)	(26.429)
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	(10.376)	(3.735)	(14.111)	(10.880)	(3.917)	(14.797)
Ajuste a valor presente do UBP	(3.476)	(1.251)	(4.727)	(3.218)	(1.158)	(4.376)
Total bruto	(32.414)	(11.668)	(44.082)	(33.531)	(12.071)	(45.602)
Imposto diferido líquido	(31.415)	(11.309)	(42.724)	(32.679)	(11.764)	(44.443)

A Companhia tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

	2025	2026	2027	2028	2029	A partir de 2030	Total
Imposto diferido ativo	179	-	-	-	-	1.179	1.358
Imposto diferido passivo	(2.223)	(2.207)	(2.194)	(2.179)	(2.162)	(33.117)	(44.082)
Imposto diferido líquido	(2.044)	(2.207)	(2.194)	(2.179)	(2.162)	(31.938)	(42.724)

22. Lucro por ação

O cálculo do lucro líquido por ação é realizado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

Os quadros a seguir apresentam os dados de resultados e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro líquido do exercício	121.301	135.880
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Ações ordinárias	70.586	70.586
Resultado básico e diluído por ação	1,71849	1,92503

23. Instrumentos financeiros

23.1. Política contábil

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

23.2. Classificação

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- i. Mensurados ao valor justo através do resultado;
- ii. Mensurados ao custo amortizado;

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido.

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em

outros ganhos / (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (*hedge accounting*).

23.3. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

23.4. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

23.5. Mensuração do valor justo na data da aquisição

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações da Companhia e suas Controladas compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados “contratos bilaterais”, assinados em período posterior ao da privatização das controladas, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e/ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 4.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem a Companhia cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

23.6. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

23.6.1. Considerações gerais

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A Administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	2024		2023	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	Custo amortizado	-	43	43	45	45
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	67.032	67.032	92.293	92.293
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	10.715	10.715	9.833	9.833
Clientes	Custo amortizado	-	22.190	22.190	22.326	22.326
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	-	15	15
			99.980	99.980	124.512	124.512
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	2.934	2.934	2.679	2.679
Encargos setoriais	Custo amortizado	-	3.337	3.337	2.302	2.302
Financiamentos	Custo amortizado	-	40.793	40.793	63.569	63.569
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	-	104.450	104.450	29.369	29.369
Uso do bem público (UBP)	Custo amortizado	-	24.631	24.631	23.423	23.423
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	268	268	651	651
			176.413	176.413	121.993	121.993

24. Seguros

24.1. Política contábil

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização (*)
Cobertura operacional		
Risco operacional	04/08/2024 a 04/08/2025	1.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2024 a 04/08/2025	150.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2023 a 04/08/2025	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2024 a 08/12/2025	150.000

(*) Não auditados pelos auditores independentes

Membros da Governança

Diretoria

Aljan de Abreu Machado
Diretor

Márcio José Peres
Diretor

Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor de Controladoria

Antonio dos Santos Entraut Junior
Contador -CRC PR-068461/O-1



Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
48 ao 125 andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: +55 (11) 5186-1000
Fax: +55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Rio Verde Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Verde Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Verde Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas IFRS Accounting Standards, emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras mencionadas anteriormente incluem valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O exame das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras, sem nenhuma modificação, com data de 28 de fevereiro de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Deloitte.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

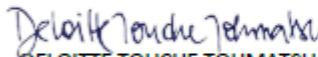
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

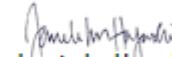
Deloitte.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR


Janete Im Hayashi
Contador
CRC nº 1 SP 303811/O-3